

CLARICE E/OU ALICE: AS POSSIBILIDADES DAS DIVERSAS LEITURAS DE MUNDO¹⁴

OLGA MARIA TAVARES DA SILVA

Professora Doutora da Universidade Federal da Paraíba –
Depto. Biblioteconomia e Documentação.

RESUMO: *O texto apresenta a importância de se conciliar a leitura dos meios impressos e dos meios eletrônicos, pois considera que esta seja a forma de construir-se uma sociedade da informação democrática e justa. E, para isso, os meios de informação e comunicação devem preocupar-se com a formação de leitores de mundo. No Brasil, ainda existem distorções inconcebíveis e irreconciliáveis com a adoção de novas tecnologias como tem proposto o Governo Federal. Faz-se mister também discutir algumas dessas questões dentro desse panorama da editoração nacional, de modo que se possa encarar os novos desafios da cultura cibernética livres dos desafios socioeconômicos que ainda permeiam o cotidiano do cidadão brasileiro. O potencial das novas mídias deve estar a serviço da valorização do indivíduo enquanto construtor do conhecimento da sua realidade.*

PALAVRAS-CHAVE: livro, novas tecnologias, sociedade da informação

No conto “Felicidade Clandestina”, Clarice Lispector nos remete à sua infância, e ao amor nascente pelos livros, quando descobre que uma amiguinha de escola tinha “Reinações de Narizinho”, de Monteiro Lobato, “um livro grosso, meu Deus, era um livro para se ficar vivendo com ele, comendo-o, dormindo-o. E completamente acima das minhas posses”, lamentava a futura escritora. E, então, pediu à outra que o emprestasse. De posse do objeto do desejo de Clarice, a menininha “gorda, baixa, sardenta” aproveitou-se para fazer a bonita colega de sala sofrer, desculpando-se diariamente de que o livro ainda não havia sido devolvido por outra menina. Finalmente, numa nova ida em busca do livro, a mãe

¹⁴ Palestra apresentada no XI ENDOCOM – Encontro Nacional de Bibliotecas e Centros de Informação, evento componente do XXIV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Campo Grande, MS, 07.setembro.2001.

da garota percebeu a trama e a desfez, entregando o livro “à menina loura em pé à porta, exausta, ao vento das ruas de Recife”. O momento que se segue na narrativa é um ode ao livro e ao que ele representou num período fértil da construção do pensamento do povo brasileiro (década de 20/30, século XX): “Peguei o livro. Não, não saí pulando como sempre. Saí andando bem devagar. Sei que segurava o livro grosso com as duas mãos, comprimindo-o contra o peito. Quanto tempo levei até chegar em casa, também pouco importa. Meu peito estava quente, meu coração pensativo. Chegando em casa, não comecei a ler. Fingia que não o tinha, só para depois ter o susto de o ter. (...) Criava as mais falsas dificuldades para aquela coisa clandestina que era a felicidade. (...) Às vezes, sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto no colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo. Não era mais uma menina com um livro: era uma mulher com o seu amante”.

A materialidade do livro impresso tem sido uma das maiores causas para a defesa da sua manutenção, o que faz com que a questão tenha um tom poético que se adequa perfeitamente a este momento de transformações – que não necessariamente será de substituições. Alberto Manguel, em artigo para a revista *Veja* (27/12/2000), revela que “a história da leitura é, em certo sentido, a história desses encantos. Fazemos o caminho ao longo de prateleiras infindáveis de livros, escolhendo este ou aquele por nenhum motivo claro: pela capa, pelo título, por um nome...” Essa relação é igualmente enfatizada pela escritora Lygia Fagundes Telles, ao dizer que “o livro de papel não vai desaparecer nunca. É um contato quase erótico do leitor com o produto” (*Jornal do Brasil*, 29/10/00). E em entrevista também ao *Jornal do Brasil* (12/5/01), Roger Chartier atenta para a questão do suporte, principalmente para romances e ensaios, “em que se supõe uma leitura mais contínua, é preciso aquele tipo de livro que possa ser levado para todo lugar. Se cai um livro, não há problema, se cai um computador...”

Uma das últimas novidades para a conciliação dos dois produtos é o lançamento do e-paper, que possibilitará a separação do livro eletrônico da tela do computador, pois com o papel e a tinta eletrônicos se usa qualquer suporte para transmitir e recarregar um texto. Essa tecnologia foi desenvolvida pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) com o intuito de recuperar a materialidade do livro, com páginas para folhear, por exemplo, com o simples toque do dedo, só que com capacidade para armazenar muitas obras. Contudo, sabe-se que o livro também passou por fases de transformação até chegar nos formatos práticos e acessíveis de hoje, permitindo essa intimidade com o leitor, mediante a facilidade do manejo e, assim, estabelecendo essa relação tão dinâmica e profícua. Lévy (1993) recorda que “o livro só se tornou uma mídia de massa quando as variáveis de interface “tamanho” e “massa” atingiram

um valor suficientemente baixo”. Após a invenção da tipografia, os escribas profissionais e os contadores de histórias orais temeram que a prensa lhes sacrificasse o ganha-pão, bem como incomodou o clero e os governos que se preocupavam com o acesso do povo à informação. Da mesma forma, a passagem para o e-book causa esses incômodos, mas vem ajustando-se, gradativamente, ao novo perfil do e-leitor, sob a justificativa de que este vai ter muito mais recursos, como a velocidade, a interatividade, a durabilidade e a multiplicidade. A Feira do Livro de Frankfurt de 2000 mostrou a crescente reformulação do mercado editorial internacional, com o crescimento do livro eletrônico e com a apresentação de tecnologias de suporte para facilitar a sua produção e divulgação. A tendência do mercado é sempre a de ampliar as possibilidades de oferecer ao público-leitor o produto que este mais exige, não deixando de lado nenhum produto, a princípio, haja vista que ainda existem as barreiras de acesso às novas tecnologias, bem como o respeito a hábitos seculares que os indivíduos imprimiram ao seu cotidiano e que compõem o seu universo pessoal, como a escolha do jornal impresso diário que, uma vez eleito, às vezes acompanha o leitor até o fim da vida, pois à sua leitura estão vinculados também o local preferido, a poltrona ou a mesa favoritos e o horário apropriado. A introdução do livro e do jornalismo eletrônico, por sua vez, não invalida a permanência do livro e do jornal impresso porque, de acordo com o atual quadro de usuários da Internet (380 milhões de usuários no mundo todo, ou seja, 2% da população geral), durante algum tempo ainda existirão os dois mercados, até porque são igualmente compatíveis. Na comunidade digital que se prenuncia, os livros, os jornais, as revistas, as palestras etc. vão consolidar novas formas, novas linguagens e, por conseguinte, novos leitores. O que ocorre mesmo é que nestes momentos de grandes saltos quantitativos e qualitativos na evolução da sociedade, há sempre o velho temor de se perder o que já se tinha acostumado e que demandou aprendizagem, esforço e ajustes, como foi o caso do aparecimento do próprio livro, do cinema, do rádio, do telefone, da televisão, do videocassete e do computador pessoal. Geralmente a apreensão de novas formas de construção do conhecimento provoca dúvidas, incertezas e alguma instabilidade no tocante à compreensão, à adaptação e à adequação.

O mercado editorial brasileiro – que é o oitavo do mundo - ainda está bastante cauteloso quanto a um maior investimento nos e-books e espera que estes se consolidem no mercado internacional. Em 2000, a Editora Nova Fronteira colocou à venda na Internet o livro eletrônico “Miséria e Grandeza do Amor de Benedita”, de João Ubaldo Ribeiro, que vendeu quatro mil exemplares. O diretor da Editora, Carlos Augusto Lacerda, considerou um sucesso na rede, apesar de “a tiragem ainda ser pequena comparada aos meios tradicionais”, e este é um dos motivos pelos quais as editoras não arriscam a publicação. O editor da Francisco

Alves, Carlos Leal, também acha que o e-book “vem para somar e não para substituir” e avalia que ele só se afirmará no mercado num prazo de cinco ou dez anos (Jornal do Brasil, 29/10/00).

Em verdade, as discussões que deveriam estar sendo colocadas nesta questão ultrapassam essas pequenas diatribes que certamente irão se ajustar em pouco tempo, à medida que a própria sociedade estabelece suas prioridades. O que se deve questionar *a priori* são esses novos modelos de organização da informação e da comunicação e o que eles revelam, de fato, nesta nova conformação da sociedade em rede, de modo a que não se criem “apartheids” tecnológicos, que impossibilitam a democratização digital, assim como a contínua construção da cidadania. Sob a premissa de que informação é poder, os meios de comunicação têm que ampliar e fortalecer seu raio de ação a fim de atingir o maior número de receptores e, assim, alterar as relações de poder também. Vitro (apud Amaral, 1996) coloca que o setor de informação é “o ponto chave que sustenta a transformação social e econômica mediante a ampliação das capacidades produtivas e consumistas dos recursos humanos”, não para promover o consumismo, mas para dar-lhe mais qualidade e possibilitar aos seres humanos “acesso aos recursos econômicos para construir seus destinos”. Aun (1999) acrescenta que “ter acesso é saber analisar, selecionar, filtrar, para então absorver a informação e aí poder transformá-la em conhecimento”. Na perspectiva lockeana, quanto mais conhecimento adquirido, tem-se mais liberdade, mais participação, mais consciência da sua realidade e a do mundo à volta. As novas tecnologias vêm promovendo grandes alterações na sociedade contemporânea, a exemplo de outras grandes revoluções tecnológicas que implantaram novos paradigmas, como o surgimento do livro impresso e da imprensa escrita o fizeram. Há inúmeras discussões sobre a sobrevivência ou não dos livros, dos jornais e das revistas na forma material. Não se pretende fazer essa ou aquela apologia da *midia* material ou virtual, mas, sim, apresentar algumas inferências das observações tiradas em cima das realidades mais visíveis e flagrantes.

O fantástico crescimento da Internet em todo o mundo é um fato irrefutável. Em apenas quatro anos, a grande rede atingiu 50 milhões de usuários, nos EUA, enquanto o computador pessoal, por exemplo, levou 16 anos, a televisão, 13, e o rádio, 38. No Brasil, em 1995, havia 174 mil usuários e, hoje, são nove milhões, o que coloca o país em 12^o lugar no ranking mundial. É inegável que a Sociedade da Informação traz mudanças significativas em todos os níveis da conformação político-socioeconômica dos países onde ela se organiza efetivamente. O futuro é virtual e quem ainda não se preparou para isso, vai ter que correr contra o tempo e elaborar uma política para o setor de informação e comunicação que atenda

às necessidades tecnológicas, como o Brasil já está fazendo com o anúncio do Livro Verde, que congrega segmentos sociais diversificados no objetivo comum de fazer programas que articulem ações para aumentar o nível de informação da sociedade. “A universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade da informação para todos”, afirma o Livro Verde (2000, capítulo 3).

Logicamente, os desafios a enfrentar são muitos, haja vista as diferenças socioeconômicas que permeiam a população brasileira. Conforme o último censo escolar do MEC, em 1999, apenas 7.695 escolas tinham acesso à Internet, ou seja, 3,5% do total de escolas de educação básica, das quais 67,2% eram particulares. Por outro lado, é mister promover uma visão integrada do que se propõe em nível de incremento informacional, bem como buscar aplicações que realmente produzam efeitos benéficos à sociedade como um todo. A alfabetização digital, por sua vez, tem que privilegiar o maior número possível de indivíduos, de modo que a educação se universalize também e promova as transformações que o momento exige. O Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) do MEC tem sido a iniciativa principal na introdução das tecnologias de informação e comunicação na escola pública como ferramenta de apoio ao processo pedagógico. A formação do cidadão passa pela dinâmica da leitura e é exatamente aí que a relação leitor-livro-jornal-revista se confirma, independentemente do suporte, até porque as novas tecnologias vão se integrando muito rápida e facilmente ao cotidiano das pessoas. O que os profissionais da informação e da comunicação devem atentar é para que ocorra a produção e a transferência do conhecimento transformador, que promova reavaliações e instaure uma sociedade mais justa e equânime.

Se o país avançou em algumas iniciativas bem-sucedidas via tecnologia, como a eleição eletrônica (com 310.587 urnas para um total de 92.230.000 eleitores), o Imposto de Renda (com 90 milhões de declarações) e o setor bancário (o Banco do Brasil está em 7º lugar no Internet Banking), isso demonstra que deve-se continuar articulando e expandindo programas que podem ser executados para atender à grande parte da população brasileira em todos os setores. Caberia à imprensa e à produção científica e literária motivar e atrair a geração digital, haja vista os estudantes universitários, hoje, por exemplo, já serem razoavelmente integrados às novas tecnologias e tendo parte da sua formação como uma espécie de aprendizagem interativa. Sendo assim, livros, jornais e revistas eletrônicos têm que adequar seus formatos para esse novo público inserido nos recursos de diversas mídias, atentando para configurações que explorem mais a ludicidade, fazendo com que a leitura virtual seja construída em cima de vários percursos com os quais o e-leitor pode exercer sua

criatividade e compartilhar do processo de produção, muitas vezes. Da mesma forma, jornais e revistas virtuais devem acompanhar essas tendências com noticiário ágil, dinâmico, sedutor e desafiante, mas que não considerem o e-leitor um simples navegador em busca de notícia em tempo real; que a esse e-leitor seja transmitida uma informação de qualidade e que, dentro das exigências dos tempos atuais, possa ter aplicação e/ou fornecer orientações úteis. É produtor, por exemplo, o e-leitor poder verificar outras informações daquela que se tem diante de si, em seguida; checar dados com outros imediatamente; ou reconhecer informações ambíguas e discuti-las logo, como ocorre na Internet. E para isso ter mais eficácia, os meios de informação e comunicação deverão estar bem cientes do perfil de usuário que eles têm, pois é como se para cada um desses usuários se proporcionasse um serviço personalizado.

No Brasil, a média de compra de livros didáticos é de 2,5 per capita e de não-didáticos, 0,9% e, desde 1999, está havendo uma queda na produção de livros de cerca de 12% em função da queda das vendas (CBL, 1999). Isso significa que também o público brasileiro não tem uma tradição de leitura de livros e isso se deve a fatores como condição financeira, falta de livrarias e escolaridade. Da mesma forma, a Internet só atinge 2% da população brasileira. Tem-se com esses dados um impasse principalmente na formação do leitor brasileiro – do impresso e/ou do virtual. Os profissionais da informação e da comunicação devem promover campanhas para despertar cidadãos e governos dessa inércia do conhecimento, que é o motor de uma sociedade-cidadã. As principais questões são: a) alto índice de analfabetismo: vinte milhões (Censo IBGE 2000); b) a precariedade do sistema educacional: 64 mil escolas no país não têm energia elétrica; e só 11 em cada 100 dispõem de laboratórios de ciência e de informática (censo escolar, MEC, 1999); c) falta de políticas de incentivo à leitura: apenas 23% das escolas em todo o país possuem biblioteca (censo escolar, MEC, 1999), e dos quase seis mil municípios brasileiros, apenas 600 têm livrarias (CBL, 1999). Faz-se mister, então, discutir também esses desafios que estão no âmago dos grandes problemas do sistema de informação e comunicação brasileiro. Precisa-se de leitores e de e-leitores no país, de modo a que a cultura cibernética não amplie os quadros da exclusão social vigente. A alfabetização digital não pode prescindir da alfabetização regular. Castells (2000) alerta: “quando a Rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social”. O ideal seria que em cada município do país fosse construída pelo menos uma biblioteca, bem como um centro de informática para livre acesso nas suas próprias dependências, possibilitando, assim, a convivência de todos os meios de comunicação para que o indivíduo

possa, principalmente, exercer o seu direito maior, que é o de escolha. Dessa maneira, a informação que lhe chegará, será a ferramenta para a construção do seu conhecimento e da sua própria cidadania, e um dos instrumentos que promovam a diminuição das barreiras e das distâncias socioeconômicas. Isso também provocaria uma mudança nos quadros da informação e da comunicação no país: aumentaria o número de leitores e o mercado editorial atingiria as metas às quais sempre reclama estar aquém do desejado.

Em nível educacional, existem alguns programas que tentam dirimir as dificuldades de acesso aos meios de informação e comunicação no país. O projeto de incentivo à leitura “Leia Brasil”, criado em 1992, é bastante louvável, apesar de só atingir 57 municípios brasileiros. O programa conta com 16 caminhões transformados em bibliotecas volantes com mais de oito mil títulos nacionais e estrangeiros, além de vídeos e revistas. As crianças pegam os livros que quiserem e os devolvem na próxima visita do caminhão. Por sua vez, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) lançou, em setembro de 2000, o projeto de formação continuada “Leitura e Cidadania”, feito na Internet e destinado a professores e profissionais da leitura (<http://www.proler.bn.br>), que ali encontram uma biblioteca virtual e um curso a distância. Há ainda o trabalho da ONG Comitê para a Democratização da Informática (CDI), talvez a iniciativa brasileira mais diretamente envolvida na disseminação de informática e Internet nas comunidades carentes, conectando à rede 130 dessas comunidades em 14 estados do país (<http://www.socinfo.org.br>).

“De que serve um livro sem desenhos ou diálogos”, pensou Alice, entediada ao lado da irmã que lia. Nesse momento, ela viu o Coelho Branco com relógio no colete e a curiosidade fez com que o seguisse pela toca e começasse, dali em diante, a viver no País das Maravilhas, onde tudo era possível. O mundo virtual tem exatamente esse poder imagético-onírico que faz com que se siga na tela toda e qualquer coisa que mais chama a atenção e, assim, percorre-se mundos jamais conhecidos. A curiosidade é constantemente ativada. Quer-se ir mais longe, ver mais: “navega-se”, como é o termo usual, como faziam (e fazem) os descobridores do mundo e do espaço. Mas a leitura do e-book tanto quanto a do livro impresso não difere em elementos básicos comuns aos leitores: a necessidade de ficar só, a possibilidade de conhecer coisas novas e a oportunidade de criar, de “viajar”, termo que também se emprega na leitura do livro impresso. Portanto, haverá leitores para todos os tipos de leitura enquanto houver exigência de mercado. Pode ser que um dia só existam veículos de informação e comunicação eletrônicos, por que não? E igualmente o livro, os jornais e as revistas poderão continuar sendo impressos, por que não? É sempre difícil prever o futuro: livros e filmes já o tentaram e não lograram sucesso. Esperava-se que se entrasse no século

XXI vivendo o que a Família Jetson vivia no desenho animado televisivo na década de 70 do século passado, por exemplo.

O importante mesmo é que a informação seja fonte de conhecimento e a comunicação seja de fácil acesso e de longo alcance, e que sua diversidade e dinâmica possam fazer com que os indivíduos construam seu próprio julgamento e tenham um nível de criticidade que os façam cada vez mais partícipes dos processos de desenvolvimento. Segundo Araújo (1999), “é por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir desse momento, tomam decisões sobre suas vidas, seja de forma individual, seja coletiva. (...) Consideramos que a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso da informação”. A troca de informações entre indivíduos sempre esteve presente na evolução da humanidade; o que se tem agora é um processo comunicacional revolucionário, que ativa essa troca numa multiplicidade de elementos e que atinge um maior número de pessoas num tempo muito mais veloz. Deve-se destacar que um dos princípios da construção da informação é que ela circule livremente, e que sem receptor não existe informação (Le Coadic, 1996). Para Castells (2000), “as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos”, assim como “pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta da produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo”.

Quando se fala na relação livro/e-livro-leitor/e-leitor, toca-se na interação usuário-objeto, que, neste caso, trata-se de materialidade e imaterialidade – nossa questão introdutória. No tocante a isso, o que se tem basicamente é uma questão de adaptação e de aceitação de novos hábitos. Para as gerações mais velhas, existem grandes resistências ainda, mas para as mais novas, a integração ao mundo digital tem sido feita sem conflitos, até porque nasceram sob a égide da televisão, que já lhes inculcou uma necessidade de informação via imagem e de rápida assimilação, além do que os jovens não valorizam o hábito de ler livros impressos. Essa incidência das mídias eletrônicas na sociedade contemporânea não pode ser ignorada, como salienta Pierre Lévy (1993). E por um bom tempo ainda acredita-se que a convivência entre os diversos meios de comunicação será possível. O que se ressalta é que os meios impressos bem como os meios eletrônicos produzem práticas de leitura e isto efetivamente é que abre um novo leque de possibilidades cognitivas: é um novo indivíduo que ora se vai delineando.

Os meios impressos têm procurado alguns mecanismos para atrair leitores cada vez mais exigentes e isso têm surtido algum efeito: novos lançamentos no mercado de jornais e

revistas sob formatos mais ágeis; e a multiplicação de títulos de livros “best sellers”. É um segmento que provavelmente vai acompanhar a evolução dos meios eletrônicos, sem que seja substituído por eles. Quem ganha com isso é o cidadão. A publicação do Livro Verde é um exemplo interessante nesse sentido: em todo o mundo em que foi gestada a Sociedade da Informação, as suas metas de implementação foram divulgadas pelos dois meios (no Brasil, <http://www.socinfo.org.br>); contudo, a forma material é que deu título ao projeto de introdução às novas tecnologias. Enfim, a relação material vs virtual ainda se constrói em cima de arquétipos extremamente caros ao ser humano. O enigma da Biblioteca de Alexandria parece ser um fetiche para o imaginário individual: não se tem registros precisos dela, então, criam-se várias possibilidades da sua materialidade. Quase à beira do século XXI, o governo francês decidiu construir a nova Biblioteca Nacional, para abrigar todo o conhecimento do mundo, em todos os meios de comunicação. Os prédios têm o formato de livros abertos: uma metáfora do conhecimento para todos através da leitura de mundos diversos que ali estão para unir os indivíduos e preservar-lhes a própria história e grandeza. O computador deverá ser a Nova Alexandria do 3º milênio e conter em seu interior toda a história da humanidade, bem como continuar fazendo história em tempo real, trazendo novos simulacros arquetípicos que vão inserir-se na formação das novas gerações digitais. O computador vem para unir a Galáxia de Gutenberg e a tela de televisão e, assim, inaugurar a efetiva Era da Informação, que congrega as duas mais revolucionárias expressões da comunicação humana. Que assim seja. O encanto da vida são exatamente suas transformações e as infindáveis possibilidades do devir. A Sociedade da Informação deve, assim, renovar e fortalecer o ritual de leitura de um mundo possível para que “clarices” e “alices” não desistam de sonhar.

“O que são todas as criaturas deste mundo, tão lindas e tão bem-feitas, senão letras separadas e iluminadas que declaram tão justamente a delicadeza e a sabedoria de seu autor? (...) E nós também(...)tendo sido colocados por vós diante deste maravilhoso livro de todo o universo, de tal forma que por meio de suas criaturas, como se fossem letras vivas, podemos ler a excelência do nosso Criador”.

(Frei Luis de Granada, séc. XVI)

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rodrigo. *Editores são cautelosos*. Jornal do Brasil, Caderno de Idéias, p. 2, 29/10/2000.
- ARAÚJO, Eliany A . de. *Informação e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras*. Brasília: Ciência da Informação, v.28, n.2, p. 155-167, mai-ago, 1999.
- BARRETO, Aldo de A . *Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica*. Brasília: Ciência da Informação, v. 27, n. 2, p. 122-127, mai-ago, 1998.
- BURKE, Peter. *A explosão da informação*. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 16/7/2000, p. 14-15.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução: Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, vol. 1, 3^a ed., 2000.
- COSTA, Cristiane. *Livros demais, leitores de menos*. Jornal do Brasil, Caderno de Idéias, p.1, 12/5/2001.
- LASTRES, Helena M. M. *Informação e conhecimento na nova ordem mundial*. Brasília: Ciência da Informação, v. 28, n.1, p.72-78, jan-abr, 1999.
- LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Tradução: Maria Yeda F. S. de Filgueiras. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____ *O destino da leitura na era da web*. Revista Veja, ano 33, n. 52, p. 100-106, 27/12/2000.
- MONTEIRO, Silvana D. *A forma eletrônica do hipertexto*. Brasília: Ciência da Informação, v. 29, n. 1, p. 25-39, jan-abr, 2000.
- MURAD, Angèle. Oportunidades e desafios para o jornalismo na Internet. Niterói: Ciberlegenda, n.2, 1999. (<http://www.uff.br/mestcii>)
- _____ *O hipertexto eletrônico como base para reconfigurar a atividade jornalística*. Niterói: Ciberlegenda, n. 3, 2000. (<http://www.uff.br/mestcii>)
- NINA, Cláudia. *Tecnologia agita o mercado*. Jornal do Brasil, Caderno de Idéias, p. 2, 29/10/2000.
- ZILBERMAN, Regina. *Fim da era do livro?* Jornal do Brasil, Caderno de Idéias, p. 1, 29/10/2000.